



Informativo

PROGRAMA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL REGIONAL DOS EMPREENDIMENTOS MARÍTIMOS DA PETROBRAS NA BACIA DE SERGIPE - ALAGOAS

ARACAJU - SE | DEZEMBRO DE 2018 | ANO 12, Nº 2

A realização do Programa de Comunicação Social Regional é uma medida de mitigação exigida pelo Licenciamento Ambiental Federal, conduzido pelo IBAMA.



Teste de longa duração em concessão marítima da Petrobras está previsto para o 1º trimestre de 2019



FPSO Cidade de São Vicente. Embarcação irá operar ao longo dos seis meses de teste.

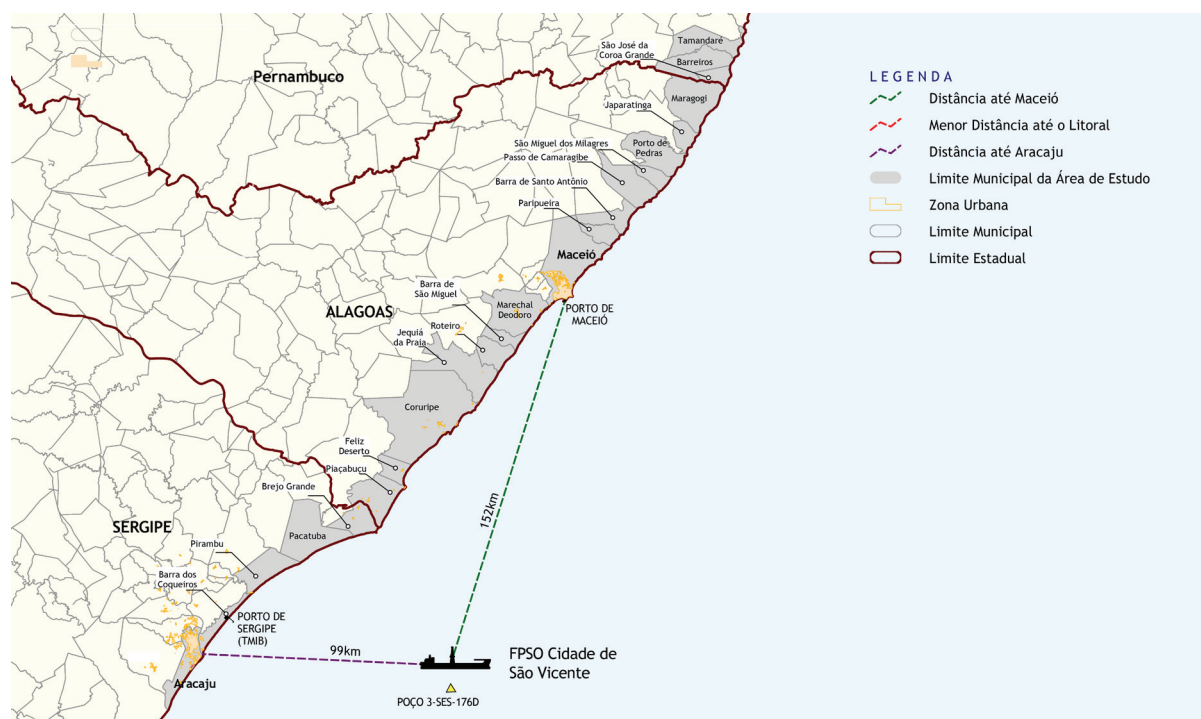
Em dezembro de 2017 foram realizadas duas reuniões públicas para discussão do Teste de Longa Duração (TLD) do reservatório de Farfan, localizado em concessão marítima da Petrobras no litoral norte de Sergipe. Na ocasião foram envolvidos as comunidades e representantes de organizações governamentais e não governamentais dos municípios de Piaçabuçu, Feliz Deserto, Coruripe, Jequiá da Praia e Maceió, em Alagoas, e Barra dos Coqueiros, Pirambu e Brejo Grande, em Sergipe. O teste durará seis meses, sendo utilizada a embarcação Cidade de São Vicente, do tipo FPSO, que vai produzir entre 2.250 e 3.300 metros de profundidade.

Após essa importante etapa no processo de licenciamento ambiental de discussão pública, a Petrobras recebeu pareceres técnicos emitidos pelo IBAMA, visando à incorporação dos questionamentos levantados nessas reuniões públicas e demais esclarecimentos e revisões do Estudo Ambiental para o empreendimento.

Uma das principais alterações decorrentes das reuniões públicas foi a revisão dos critérios utilizados para definição dos limites da área de estudo por royalties, sendo incluído o município sergipano de Pacatuba. Foram incluídos ainda os municípios de Maceió, Marechal Deodoro e Barra de São Miguel, em Alagoas, e Barra dos Coqueiros e Aracaju em Sergipe, pelo critério de pertencer a mesma área Geoeconômica.

Quanto aos projetos de mitigação ambiental exigidos, foi reivindicada a continuidade do PMPDP - Programa de Monitoramento Participativo do Desembarque Pesqueiro, que busca sistematizar e analisar dados acerca da produção pesqueira da área de influência dos empreendimentos da Petrobras na Bacia de Sergipe-Alagoas, subsidiando a tomada de decisão sobre os impactos provocados pelos atuais e futuros empreendimentos na atividade pesqueira artesanal. O programa foi retomado em janeiro de 2018 com execução pela Mineral Engenharia e Meio Ambiente Ltda, com a atualização de 1.273 embarcações. A coleta de dados foi reiniciada em maio de 2018.

A Petrobras apresentou também o Projeto de Prevenção e Controle de Espécies Exóticas, visando à limpeza e dessecação do Coral-Sol do FPSO de Cidade São Vicente. Este projeto ainda está sendo avaliado pelo IBAMA e será inserido como condicionante ambiental. Até o momento (dezembro de 2018), a Petrobras aguarda posicionamento do órgão ambiental para viabilização do empreendimento, estando as licenças ambientais previstas para o primeiro semestre de 2019.



Navio-sonda retorna à Bacia de Sergipe-Alagoas para completação de poço

Desde final de outubro de 2018, encontra-se na Bacia Sergipe-Alagoas o navio-sonda NS-31. Ele vai realizar a completação de um poço no reservatório de Farfan, a 100 quilômetros da costa. A atividade de completação é o conjunto de serviços efetuados no poço para deixá-lo preparado para a produção de petróleo e gás natural.

A conclusão das atividades de completação está prevista para fevereiro de 2019, mas a sonda deverá permanecer na área para aprofundar atividades exploratórias em outros reservatórios de águas profundas.

A completação está autorizada pela Licença de Operação n° 901/2010. A Petrobras aguarda a licença do IBAMA para o teste de longa duração (TLD) no mesmo reservatório, conforme matéria de capa desse informativo.

Programas e projetos ambientais

Para esse empreendimento, o IBAMA exige o cumprimento de programas e projetos ambientais já executados pela Petrobras para outras licenças, a exemplo do Projeto de Controle da Poluição, Programa de Monitoramento Ambiental, Monitoramento de Impactos e Embarcações sobre a Avifauna, além do Programa de Educação Ambiental dos Trabalhadores para os que atuam na embarcação.



Navio Sonda NS-31

Outros programas ambientais exigidos continuam a ser realizados normalmente em área costeira, como o Programa de Comunicação Social Regional, o Programa de Monitoramento de Encalhes e Anormalidades e o Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras - PEAC.

A completação é o conjunto de operações necessárias para tornar um poço perfurado em uma unidade produtiva segura e econômica.



Royalty é um termo da língua inglesa derivado da palavra “royal” originária de uma convenção que trata “daquilo que pertence ao Rei”. No contexto da exploração de petróleo e gás, trata-se de um recurso repassado mensalmente para os governos municipais, estaduais e federal como forma de compensação pela exploração de petróleo e gás, que são riquezas naturais não renováveis. Como recurso comum, as empresas são obrigadas por lei a indenizar a população.

População de Pirambu apresenta Projeto de Lei para o controle social dos *royalties*

O município de Pirambu entrou para a história como o primeiro de Sergipe a apresentar um Projeto de Lei voltado ao controle social dos *royalties*. De acordo com dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Pirambu foi o município sergipano que mais recebeu recursos dos *royalties* em 2017, com um montante anual de 39 milhões de reais. Conhecendo as informações sobre os *royalties* e não percebendo a sua aplicação na oferta de serviços públicos como saúde, educação, emprego e saneamento básico, entre outros, a população de Pirambu lançou ao Poder Público os seguintes questionamentos: Onde está sendo gasto o dinheiro dos *royalties*? Como os recursos dos *royalties* seriam gastos se a população participasse da fiscalização e da decisão de onde investir?

Por isso, com o objetivo de reivindicar participação nas decisões que se referem ao uso do dinheiro, o Grupo de Trabalho (GT) do Observatório Social dos Royalties (OSR) em Pirambu, com a assessoria do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), recolheu 492 assinaturas na sede e nos nove povoados que compõem o município - Santa Isabel, Alagamar, Água Boa, Baixa Grande, Lagoa Redonda, Aningas, Aguilhadas, Marimbondo e Bebedouro - e entregou à Câmara de Vereadores do município no mês de agosto, para ser votado.

Conselho

Entre outros pontos essenciais ao controle social dos recursos públicos, o Projeto de Lei prevê a criação de um Conselho Municipal de Fiscalização dos Royalties em Pirambu (COMFRP), composto por representantes da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores e da sociedade civil, contemplando moradores de todos os povoados e da sede municipal. De acordo com Christiane Campos, professora do Departamento de Economia da UFS e coordenadora pedagógica do projeto Observatório Social dos Royalties (OSR), o controle social é fundamental para garantir a melhoria das condições de vida da população.

Em outubro, o Observatório Social dos Royalties foi informado que o projeto de lei de iniciativa popular foi rejeitado pela Câmara de Vereadores, sob a alegação de inconsistência nas assinaturas apresentadas em apoio à sua efetivação. Para Leandro Sacramento, membro da equipe do OSR, a campanha de coleta de assinaturas foi exitosa, porque envolveu muitas lideranças das comunidades que foram de porta em porta nos povoados e na sede do município.

Enquanto se analisa a forma mais adequada de proceder em relação à rejeição do projeto, a equipe do Observatório pretende seguir debatendo o tema do orçamento público de Pirambu, para que os recursos do município sejam utilizados em obras que atendam melhor as necessidades da população.

Plano de Trabalho do PEAC 2018-2020 evidencia o fortalecimento dos territórios de vida dos Povos e Comunidades Tradicionais no PEAC



Encontro do PEAC em abril de 2018

Composto por quatro projetos e dois núcleos - o Conselho Gestor, o Fortalecimento Sociopolítico das Marisqueiras de Sergipe, o Observatório Social dos Royalties, a Gestão Compartilhada dos Recursos Costeiros e os Núcleos de Educomunicação e de Pesquisa - o atual plano de trabalho do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), para o período de 2018-2020, dá continuidade ao trabalho que vem sendo realizado pela Universidade Federal de Sergipe - UFS, através de convênio com a Fapese e a Petrobras, para cumprimento da condicionante do licenciamento ambiental que exige a realização de projetos de mitigação dos impactos socioeconômicos da atividade marítima de exploração de petróleo e gás.

O Plano de Trabalho foi aprovado integralmente pelo IBAMA, por meio do Parecer Técnico nº 301/2018 CPROD/CGMAC/DILIC.

Denominada “Povos e Comunidades Tradicionais em defesa dos territórios de vida”, a gestão formada por titulares e suplentes eleitos durante o X Encontro do PEAC (EPEAC), realizado entre os dias 5 e 7 de abril de 2018, em diálogo permanente com a equipe da UFS, pretende dar continuidade às atividades que já vêm sendo executada e introduzir novas ações de maneira transversal, ainda que algumas ações possam predominar em um dos projetos ou núcleos.

Observatório de Gênero

A violência de gênero se apresenta como questão central no cotidiano relatado pelas mulheres em suas vivências na cadeia produtiva

da pesca artesanal. As experiências envolvem formas diversas de violência que abrangem desde a esfera doméstica à esfera pública, com a ausência de políticas públicas nas áreas de saúde, trabalho e educação, como também a violência imersa nas disputas territoriais e que atinge mais agressivamente as mulheres.

O Observatório de Gênero se traduz como uma estratégia de enfrentamento à violência de gênero, em consonância com a atuação do Projeto de Fortalecimento Sociopolítico das Marisqueiras (PFSM).

Observatório Social dos Royalties

A partir da atuação já consolidada do Observatório Social dos Royalties (OSR) no município de Pirambu, apresenta-se a ampliação das ações para os municípios de Barra dos Coqueiros e Aracaju. O OSR aparece como uma das ferramentas de luta dos povos e comunidades tradicionais na defesa do território e a sua ampliação deverá fortalecer ainda mais o controle social sobre o recurso e promover a sua aplicação efetiva pelo Estado em políticas públicas de saúde, educação e geração de renda.

Gestão compartilhada

Com atuação transversal aos projetos do PEAC, o Núcleo de Pesquisa apresenta um projeto piloto inserido na linha F da Nota Técnica Nº. 01/2010 da CGPEG/DILIC/IBAMA, que diz respeito à gestão compartilhada dos recursos costeiros, envolvendo a participação dos pescadores e pescadoras artesanais na criação e implementação da Política Estadual

de Gerenciamento Costeiro. Entre os objetivos que se busca atingir através da atuação na gestão compartilhada, estão a potencialização da organização de base nas comunidades inseridas na área de abrangência do PEAC e sua articulação com as instituições do Poder Público; o estímulo à participação social nas decisões relativas aos territórios e aos processos de gestão compartilhada dos pescadores e pescadoras artesanais - e Povos e Comunidades Tradicionais de modo geral - especialmente em relação à criação e implementação da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro de Sergipe; entre outros.

O Observatório de Gênero se traduz como uma estratégia de enfrentamento à violência de gênero, em consonância com a atuação do Projeto de Fortalecimento Sociopolítico das Marisqueiras.

Feiras Culturais dos Povos e Comunidades Tradicionais

Arte e geração de renda para os territórios



Grupos culturais musicais abrilhantam a Feira

A cultura de um povo é o seu maior patrimônio. Ela reflete a expressão da construção humana e define a identidade de uma comunidade, podendo ser resgatada e constantemente valorizada através da memória, que resiste ao tempo e aos tempos modernos da informação imediata, por exemplo.

As Feiras Culturais dos Povos e Comunidades Tradicionais, realizada pelo Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), têm cumprido um papel de resgate da memória relacionada à cultura dos povos e comunidades tradicionais, na medida em que estimula os processos de organização comunitária para a comercialização de produtos feitos nos respectivos territórios costeiros, que incluem artesanatos, alimentos e os derivados do beneficiamento.

“Já fui a muitas feiras, mas o que me chama atenção aqui é a quantidade de coisas que se pode fazer com escama de peixe, com resto de marisco. As pessoas criam objetos muito lindos a partir dessa arte”, afirmou dona Maria Conceição, frequentadora assídua da feira e moradora de Aracaju.

“Ser negro é ter orgulho de sua história. Nós somos um povo de muita força e a beleza de nossa cultura está aí para todos verem, em todas as cores”.

José Domenício dos Santos
Brejo Grande

O fortalecimento cultural se reflete também nas apresentações musicais que compõem a programação das feiras. Na segunda edição, em julho, apresentaram-se

o Maracatu Raízes do Quilombo Brejão dos Negros, o Grupo de Dança Axé África e o Grupo Afro Cultural Batuque e Dança Aê, de Brejo Grande.

Em sua última edição, em novembro, a Feira Cultural teve como o tema a ‘Cultura e resistência negra’, em homenagem ao 20 de novembro - Dia da Consciência Negra. Ela trouxe a reflexão e as várias visões do que é ser negro, por meio de intervenções discursivas, vídeos e poesias.

“Ser negro é ter orgulho de sua história. Nós somos um povo de resistência, de muita força e a beleza de nossa cultura está aí para todos verem, em todas as cores. O Desfile da Beleza Negra, por exemplo, trouxe ao público, não só a beleza da nossa cor, mas de tudo o que a gente pode produzir, toda a cultura que resiste ao tempo”, emocionou-se o Sr. José Domenício dos Santos, conselheiro do Conselho Gestor do PEAC e morador do município de Brejo Grande.

A música ficou por conta da Associação de Capoeira Anabel, de Barra dos Coqueiros, e das bandas Afoxé Di Preto e Anne Carol e os AfroDrums. Além disso, os conselheiros organizaram o Desfile da Cultura Negra, valorizando o artesanato e as biojoias produzidos nas comunidades e que estavam expostas para serem vendidas na Feira.

Nesse contexto de valorização da cultura, ocorreu em 16 de novembro, no 35º Festival de Artes de São Cristóvão, o lançamento do CD ‘Samba de Coco da Ilha, ’ de autoria das mestras Madá e Adelaide, residentes no povoado de Ilha Grande deste município. Fruto de um trabalho coletivo, o CD resgata, através da música, a cultura tradicional, contribuindo para o reconhecimento da comunidade e para a perpetuação do samba de coco, que é tão peculiar e vivo no povoado.



Feira leva renda para os moradores das comunidades tradicionais



CD ‘Samba de Coco da Ilha’, das mestras Madá e Adelaide, é lançado no festival de São Cristóvão



Dona das Dores, artesã do Povoado Santa Izabel, em Pirambu

Mais projetos de compensação concluídos em 2018

O ano de 2018 termina com a conclusão de mais 12 projetos de compensação e estruturantes. São eles os projetos de construção da Colônia Z-13 (Barra dos Coqueiros) e os projetos das seguintes comunidades: Brejão dos Negros (Brejo Grande), Piranhas e Aracaré/Oitizeiro/Garatuba (Pacatuba), Capuã (Barra dos Coqueiros), Robalo/São José e Mosqueiro (Aracaju), Nova Descoberta (Itaporanga D'Ajuda), Massadiço (Estância), Pedra Furada (Santa Luzia do Itanhê), Abadia e Cachoeira (Jandaíra/BA). Alguns desses projetos tiveram suas construções inauguradas em 2017 (Brejão dos Negros, Aracaré/Oitizeiro/Garatuba, Abadia e Cachoeira), mas houve atividades de capacitação que somente foram concluídas em 2018.

Encontram-se ainda em execução os projetos de Ilha de Mem de Sá, da Sede de Itaporanga D'Ajuda, de Ouricuri e Tibúrcio (Estância), de Atalaia Velha e da Colônia Z-1 (Aracaju).

Veja nesta página o registro fotográfico dos projetos concluídos e de alguns que estão em fase final de conclusão.

Embora estas realizações sejam importantes avanços, há ainda o desafio de realizar 42 projetos a partir de 2019. Na maioria deles, a maior dificuldade é a indisponibilidade de terrenos devidamente legalizados.

Em outros, já existe um consenso sobre a necessidade de redefinir demandas, em razão dos impasses existentes.

O IBAMA exigiu um posicionamento com relação aos prazos de conclusão dos projetos e a Petrobras apresentou uma proposta que deverá ainda ser discutida no início de 2019 com as comunidades e validada pelo Ministério Público Federal, que tem acompanhado este processo.

Projetos em execução



Construção da sede da Associação de Moradores em Ouricuri



Construção de Centro Comunitário em Tibúrcio



Curso de Motor de Rabeta - Sede de Itaporanga



Reforma da sede da Associação de Pescadores e Amigos da Atalaia Velha



Centro Comunitário de Pedra Furada



Conclusão dos Cursos de Eletricista Industrial e Ajustador Mecânico de Nova Descoberta



Curso de Associativismo e Cooperativismo em Massadiço



Inauguração do Centro Comunitário de Piranhas



Robalo e São José - Elaboração do Plano de Uso e Gestão do Centro Comunitário



Oficina de corte e costura Cachoeira (Jandaíra-BA)



Conclusão de Oficina de Corte e Costura no Mosqueiro



Inauguração da sede da Associação de Catadores e Catadoras de Mangabá - Capuã



Inauguração da Colônia Z-13 Barras dos Coqueiros



Oficina de Corte e Costura em Brejão dos Negros



Curso de informática básica em Abadia (Jandaíra-BA)



Plano de uso e gestão da sede da associação em Aracaré-Oitizeiro-Garatuba (Pacatuba)

Movimento das Marisqueiras de Sergipe ganha mais força em seu 3º encontro

Cerca de 90 mulheres estiveram reunidas no III Encontro das Marisqueiras de Sergipe (EMARIS), realizado nos dias 21 e 22 de julho, em Aracaju. O evento apresenta-se como um dos principais espaços de formação política e articulação do Movimento das Marisqueiras de Sergipe (MMS). Evidencia as trajetórias de luta de vida dessas mulheres e resgata a importância do processo de auto-organização no próprio movimento.

Entre os convidados estava o psicólogo e diretor de teatro Aldo Ribeiro, que abordou a sensibilidade da atividade da mariscagem através da metodologia do psicodrama, provocando a reflexão acerca das identidades que compõem a mulher marisqueira; sobre as restrições ao seu trabalho com o crescimento dos acessos proibidos e as doenças adquiridas no desenvolvimento da atividade, como a Lesão por Esforço Repetitivo - LER.

Auto-organização

“Como fazem as mulheres para se auto-organizar?”. Essa foi a reflexão central trazida pela professora e pesquisadora Lucy Keterer (PEAC/UFS) que, ao lado de Rafaela Alves, dirigente nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), conduziu o espaço sobre auto-organização do MMS. Através de suas experiências, Lucy começou a relacionar formas de resistências dos povos chilenos Mapuches com as resistências das mulheres marisqueiras e as populações ribeirinhas de todo o Brasil, apontando as ameaças que o modelo de desenvolvimento econômico vigente apresenta a essas formas de vida.

A partir de suas experiências no MPA, Rafaela apresentou um plano de construção de um movimento social que demonstra a necessidade de pensar uma política de finanças, alianças e a ampliação do movimento na busca de se estabelecer como “uma força social própria”.



III Encontro foi uma oportunidade para as Marisqueiras planejarem suas próximas ações



TELEFONES ÚTEIS

0800 Petrobras
(Ligação gratuita)

Sergipe ou Bahia
0800 079 3434

Alagoas
0800 082 3434

Escritórios da Petrobras em Aracaju, SE

(79) 3212 2228
(79) 3212 2255

launseal@petrobras.com.

Linha verde IBAMA
(Ligação gratuita)

Central de atendimento
0800 61 8080

O informativo dos empreendimentos marítimos da Petrobras na Bacia de Sergipe - Alagoas é uma publicação do Programa de Comunicação Social Regional (PCSR), medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Petrobras | Unidade de Operações de Exploração e Produção de Sergipe e Alagoas
Responsável pela publicação: Ricardo Leal Costa Santos, CONRERP 309 - 7ª Região

Rua Acre, 2504, Bloco B, Bairro América, Aracaju/SE, CEP 49.080-010
(79) 3212-2228 - launseal@petrobras.com.br | Tiragem: 5.000 exemplares